

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES



# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão

---

*Textos*

---

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito Legal: 433460/17  
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



# Índice

- 15 Editorial  
José Morais Arnaud
- 1. Historiografia**
- 19 Arqueólogos Portugueses  
Jacinta Bugalhão
- 33 A arqueologia nacional: valores de referência  
Gertrudes Branco
- 41 De Chão de Minas (Loures) a Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa):  
Breve balanço de um ciclo de vida em estudos Pré-Históricos  
Vitor Oliveira Jorge
- 51 A emergência da arqueologia processual em Portugal: a teoria e o método  
(1968-2000). Uma introdução  
Daniel Carvalho / Mariana Diniz
- 63 Francisco António Rodrigues de Gusmão: a Arqueologia, a Epigrafia e o Património  
Pedro Marques
- 75 História das investigações dos hipogeus em Portugal  
Cátia Saque Delicado
- 87 «Porque havemos de deixar nas mãos de especialistas estrangeiros perspectivas que  
tanto nos dizem respeito?». A colaboração arqueológica internacional no Portugal  
dos anos 50-60 do século XX: tradições, inovações e contradições  
Ana Cristina Martins
- 2. Estudo e valorização**
- 101 Musealização do sítio arqueológico da Foz do Enxarrique: do projeto à obra feita  
Luís Raposo / Mário Benjamim
- 113 Projeto de estudo do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu):  
objetivos e primeiros resultados  
Manuel Luís Real / António Faustino Carvalho / Catarina Tente
- 125 Castro de Guifões (Matosinhos) – das primeiras notícias aos resultados  
preliminares de um projecto de investigação  
Andreia Arezes / José Manuel Varela
- 137 O projeto Castr'uíma (Vila Nova de Gaia, 2010-2015): elementos e reflexões para  
um balanço prospetivo  
António Manuel S. P. Silva / J. A. Gonçalves Guimarães / Filipe M. S. Pinto / Laura Sousa /  
Joana Leite / Paulo Lemos / Pedro Pereira / Maria de Fátima Teixeira
- 155 São Salvador do Mundo – o estado da arte!  
André Donas-Botto
- 161 Mértola na Idade do Ferro: primeiros resultados de dois projectos de investigação  
Francisco José García Fernández / Pedro Albuquerque / Maria de Fátima Palma
- 171 Estado atual do conhecimento acerca do povoamento em época romana na Amadora  
Gisela Encarnação / Vanessa Dias

- 185 Arqueologia urbana no concelho de Loures  
Alexandre Varanda
- 195 19 anos de Arqueologia urbana em Machico, Região Autónoma da Madeira  
Isabel Paulina Sardinha de Gouveia / Élvio Duarte Martins Sousa

### **3. Gestão e salvaguarda**

- 209 Paisagens e patrimónios no concelho de Loures: reflexões sobre uma experiência de comunicação em arqueologia, património e história local  
Florbela Estêvão
- 215 Para além da gestão patrimonial: uma nova relação da arqueologia com o território  
Luiz Oosterbeek / Anabela Pereira / Davide Delfino / Elaine Ignácio / Henrique Mourão / Maria Nicoli / Marian Helen Rodrigues / Nelson Almeida / Pierluigi Rosina / Rita Anastácio / Pedro Cura / Sara Cura / Sara Garcês
- 227 A memória como ferramenta de pesquisa e investigação arqueológica  
Alexandra Figueiredo / Ricardo Lopes / Sónia Simões / Cláudio Monteiro / Adolfo Silveira
- 237 A apropriação dos vestígios arqueológicos por parte das comunidades modernas e contemporâneas  
Alexandra Vieira
- 249 Acompanhamento arqueológico em Lisboa – lei, des(ordem) e procrastinação  
Alexandre Sarrazola
- 259 Acompanhamento arqueológico e método. Contributo para o seu enquadramento legal  
Iva João Teles Botelho
- 273 Intervenção arqueológica na Avenida dos Aliados, Porto. O Bairro do Laranjal  
Luís Filipe Coutinho Gomes / Iva Botelho / João André Perpétuo
- 287 Gestão do património arqueológico em intervenções de minimização e salvaguarda  
Leonor Rocha / Gertrudes Branco

### **4. Pré-História**

- 295 O crânio humano Acheulense do Plistocénico médio da Gruta da Aroeira  
Joan Daura / Montserrat Sanz / Juan Luis Arsuaga / Rolf Quam / Dirk L. Hoffmann / Maria Cruz Ortega / Elena Santos / Sandra Gómez / Ángel Rubio / Lucia Villaescusa / Pedro Souto / Filipa Rodrigues / João Maurício / Artur Ferreira / Paulo Godinho / Erik Trinkaus / João Zilhão
- 303 Ocupações Pleistocénicas da margem esquerda do Baixo Minho (Miño/Minho 2).  
Objetivos e primeiros resultados de um projeto transfronteiriço  
João Pedro Cunha-Ribeiro / Sérgio Monteiro-Rodrigues / Alberto Gomes / Eduardo Méndez-Quintas / José Meireles / Alfredo Pérez-González / Manuel Santonja
- 319 Estudo tecnológico de três sítios do Paleolítico médio do centro de Portugal:  
Ribeira da Ponte da Pedra, Santa Cita e Lagoa do Bando  
Sara Cura / Antonella Pedernana / Pedro Cura / Luiz Oosterbeek / Gabriele Luigi Francesco Berruti / Pedro Peça / Rosa Linda Graziano
- 331 O Paleolítico médio de S. Julião da Barra: a indústria lítica dos depósitos  
flúvio-marinhos intervencionados no âmbito da construção do campus  
universitário de Carcavelos  
João Luís Cardoso / Pedro Peça / Raquel Santos
- 341 As indústrias Paleolíticas do Baixo Guadiana: perspetivas para uma investigação  
futura a partir das recolhas de Abel Viana  
Luís Gomes / Alexandre Varanda

- 357 A sequência estratigráfica da Lapa dos Coelhoos: funcionalidade e subsistência ao longo do Pleistocénico superior no sopé da Serra de Aire (Portugal)  
Cristina Gameiro / Simon Davis / Francisco Almeida
- 375 O início do último máximo glacial no Sul de Portugal: novos dados a partir do sítio arqueológico de Vale Boi  
Joana Belmiro / João Cascalheira / Nuno Bicho
- 385 Sobre a definição e interpretação das tecnologias líticas bipolares em contextos pré-históricos  
Pedro Horta / João Cascalheira / Nuno Bicho
- 393 Abrigo da Buraca da Moira, Leiria: resultados preliminares do projeto Ecoplis  
David Nora / Joana Pereira / Patrícia Monteiro / Eduardo Paixão / Sandra Assis / Marina Évora / Carlos Duarte / João Marreiros / Vânia Carvalho / Trenton Holliday / Telmo Pereira
- 403 Existe Azilense em Portugal? Novos dados sobre o tardiglacial e o pré-boreal no Vale do Côa  
Thierry Aubry / Cristina Gameiro / André Santos / Luís Luís
- 419 Reconstruir atividades humanas e formação de contextos conquíferos: microfácies sedimentares do Cabeço da Amoreira (Muge) e das Poças de São Bento (Sado) e o seu potencial interpretativo nos padrões de comportamento humano no Mesolítico  
Carlos Duarte / Ana M. Costa / Vera Aldeias
- 433 Líticos em contexto – tecno-tipologia e distribuição espacial no concheiro mesolítico de Poças de S. Bento (Alcácer do Sal)  
Diana Nukushina / Mariana Diniz / Pablo Arias
- 447 Arqueotematologia e coleções museológicas: estratégias e desafios para o estudo das práticas funerárias do passado  
Rita Peyroteo-Stjerna
- 461 Fossas, fornos ou silos? O contributo do Barranco da Horta do Almada 1 (Beja) para a definição cronológica e funcional das estruturas negativas Mesolíticas e Neolíticas  
Ana Rosa / Mariana Diniz
- 467 Para uma periodização da Pré-História recente do Norte de Portugal: da segunda metade do 4<sup>o</sup> milénio aos finais do 3<sup>o</sup> milénio aC  
Susana Soares Lopes / Ana M. S. Bettencourt
- 489 A gestão do sílex durante o Neolítico médio da Moita do Ourives (Benavente, Portugal)  
Henrique Matias / César Neves
- 505 Tumulações da Pré-História recente do Centro/Norte litoral: o caso das Mamoas do Taco (Albergaria-a-Velha)  
Pedro Sobral de Carvalho
- 519 Anta da Casa da Moura: um monumento megalítico no maciço calcário de Sicó  
Fernando Silva / António Monteiro / Gertrudes Branco / Leonor Rocha
- 529 A arqueologia aérea: métodos e técnicas para a observação de dólmenes. O caso de Mora e Arraiolos  
Arielle Câmara / Leonor Rocha / Teresa Batista
- 541 Intervenção arqueológica no projecto de “Recuperação e valorização da Anta do Carrascal” (Aigualva, Sintra)  
Patrícia Jordão / Pedro Mendes / Cláudia Relvado
- 557 O uso do crânio em rituais da Pré-História  
Carlos Didelet

- 563 Novos dados sobre as ocupações Neolíticas do centro de Lisboa  
Helena Reis / Tiago do Pereiro / Nelson Cabaço / Rui Ramos / António Valera
- 575 As galerias de mineração de sílex de Campolide e o seu contexto Europeu.  
Comparações e análise  
Eva Leitão / Carlos Didelet / Guilherme Cardoso
- 581 O povoamento Neolítico em Avis: uma análise preliminar dos dados  
disponíveis  
Ana Cristina Ribeiro
- 591 Vila Nova de São Pedro (Azambuja), no 3º milénio, um sítio Calcolítico  
no ocidente peninsular – contributos para um debate  
Mariana Diniz / Andrea Martins / César Neves / José Morais Arnaud
- 605 A ocupação humana do III milénio a.C. do Cabeço da Ervideira (Alcobaça)  
João Pedro Vicente Tereso / Rita Gaspar / Cláudia Oliveira
- 619 O conjunto de pedra lascada da Ota: questões tecnológicas e socioeconómicas  
Ana Catarina Basílio / André Texugo Lopes
- 631 “TO com cachet”: as eventuais cabanas subterrâneas do recinto de fossos  
do Porto Torrão  
Filipa Rodrigues
- 647 Potes para os mortos: ritual funerário e tecnologia cerâmica em contexto megalítico  
Nuno Inácio
- 661 Os componentes de tear no Castelo de Pavia  
Liliana Teles / Leonor Rocha
- 671 Reflexão acerca dos cossoiros e da fiação nos contextos calcolíticos do Sudoeste  
da Península Ibérica, partindo do sítio de São Pedro (Redondo)  
Catarina Costeira
- 687 Broken Arrow: as pontas de seta dos povoados de São Pedro (Redondo,  
Alentejo central)  
Rui Mataloto / Diana Nukushina / Catarina Costeira
- 705 A pedra lascada nos *tholoi* do baixo Alentejo interior: notas preliminares  
de casos de estudo  
Ricardo Russo / Ana Catarina Sousa
- 723 Exploração de recursos aquáticos no final do Neolítico e Calcolítico: breve  
revisão do registo faunístico  
Sónia Gabriel / Cláudia Costa
- 741 Contributos para o conhecimento da componente animal dos recintos  
de fossos calcolíticos. A fauna vertebrada de Montoito 2  
Cláudia Costa / Rui Mataloto
- 753 Entre vales e escarpas. Estudo da fauna recuperada na Lapa da Mouração  
(Porto de Mós, Leiria)  
Ana Beatriz Santos / Cátia Saque Delicado
- 765 Reconstrução paleoambiental da margem Norte do rio Tejo através da análise  
*multiproxy* de sedimentos recolhidos em contexto de obra com achados  
arqueológicos  
Ana M. Costa / M<sup>ª</sup>. Conceição Freitas / Vera Lopes / César Andrade / Jacinta Bugalhão /  
Pedro Barros
- 781 Análise preliminar dos padrões de localização das grutas com arqueologia  
do centro e Sul de Portugal  
João Varela / Nuno Bicho / Célia Gonçalves / João Cascalheira

## 5. Proto-História

- 795 Contextos e práticas funerárias da Idade do Bronze na bacia hidrográfica do rio Ave (Noroeste de Portugal)  
Hugo Aluai Sampaio
- 809 A necrópole da Idade do Bronze do Corvilho (Santo Tirso): novos dados para a sua contextualização cronológica  
Hugo Aluai Sampaio
- 819 Povoado de São Lourenço. Novos dados. Castro Daire, Viseu (CNS 5114)  
Vitor Manuel da Silva Dias
- 833 O enterramento da Idade do Bronze da Gruta das Redondas (Carvalhal de Aljubarrota): um contributo para o estudo do Bronze antigo na Estremadura atlântica  
João Carlos Senna-Martinez / Elsa Luís / Rita Matos / Pedro Valério / Maria de Fátima Araújo / João Tereso / Isabel Costeira
- 849 O sítio de fossas da Horta do Cabral 6. Contribuição para o conhecimento da Idade do Bronze na região do Torrão (Alcácer do Sal, Portugal)  
Henrique Matias / Marco António Andrade / Cláudia Costa / Hugo Aluai Sampaio / Inês Simão / António Monge Soares / Rui Monge Soares / Patrícia Monteiro
- 865 Estudo paleoetnobotânico do Crasto de Palheiros na Idade do Ferro – uma análise carpológica  
Margarida Isabel Leite / João Pedro Tereso / Maria de Jesus Sanches
- 877 A comparação como ferramenta de estudo de processos de representação e interacção: o caso de “Tartessos”  
Pedro Albuquerque
- 887 Produções cerâmicas de inspiração grega no vale do baixo Tejo  
Elisa de Sousa / João Pimenta
- 897 O metal de base cobre dos objectos de uso pessoal em sepulturas da I Idade do Ferro do Monte Bolor 1-2 (Beja)  
Pedro Valério / Maria Fátima Araújo / António M. Monge Soares / Rui Soares / Lídia Baptista
- 907 A Azougada (Moura) e o sistema metrológico da Idade do Ferro pós-orientalizante do baixo e médio Guadiana  
Ana Sofia Antunes
- 929 Os ossos trabalhados do Castro da Azougada (Moura, Portugal)  
Mariana Nabais / Rui Soares
- 943 Janelas abertas sobre a Idade do Ferro: os queimadores de Mesas do Castelinho (Almodôvar)  
Susana Estrela
- 955 O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais)  
José d’Encarnação / Guilherme Cardoso

## 6. Arte Rupestre

- 969 E depois do Côa? A investigação de arte rupestre em Portugal desde 1995. Parte 1: a Sul do Tejo  
Andrea Martins
- 991 Isto não é um afloramento! É uma rocha de arte rupestre. . . factores potenciais de escolha de superfícies de arte rupestre na fase antiga Paleolítica da Arte do Côa.  
António Batarda Fernandes

- 1003 A arte rupestre da Gruta do Escoural – novos dados analíticos sobre a pintura Paleolítica  
António C. Silva / Guilhem Mauran / Tânia Rosado / José Mirão / António Candeias / Carlos Carpetudo / Ana Teresa Caldeira
- 1021 A arte megalítica da Mamoa 1 do Taco (Albergaria-a-Velha, Aveiro).  
Novos resultados  
Lara Bacelar Alves / Pedro Sobral de Carvalho
- 1037 O Monte Faro – uma paisagem icónica da arte Atlântica Peninsular  
Lara Bacelar Alves / Mário Reis
- 1053 Gravuras rupestres do Noroeste Português para além das artes Atlântica e Esquemática  
Ana M. S. Bettencourt
- 1069 O conjunto de gravuras rupestres de Santo Adrião (Caminha, Portugal).  
Embarcações, armas, cavalos e ex-votos  
Manuel Santos-Estévez / Ana M. S. Bettencourt
- 1085 Uma abordagem “multi-proxy” aplicada à conservação do sítio de arte rupestre de Cobragança, Mação, Portugal  
Sara Garcês / Hugo Gomes / Vera Moleiro / Hugo Pires / Flávio Joaquim / Anabela Pereira / Luiz Oosterbeek

## 7. Antiguidade Clássica e Tardia

- 1099 O projecto de investigação sobre a ocupação humana em torno da Aldeia de Pegarinhos (Alijó) – em busca das origens da romanização do Douro  
Tony Silvino / Pedro Pereira
- 1109 O *corpus* dos mosaicos romanos do *conventus bracaravgvstanvs*  
Fátima Abraços / Licínia Wrench / Cátia Mourão / Filomena Limão / Jorge Tomás García
- 1123 Vestígios de transformação de produtos no concelho de Castelo de Vide (Portalegre, Portugal) – inseridos no povoamento rural romano  
Sílvia Monteiro Ricardo
- 1137 Novos dados sobre a ocupação de época Romana Republicana da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): o espólio metálico  
Francisco B. Gomes
- 1149 Reflexões em torno da jazida arqueológica Torre Velha 1 e a sua relação com o espaço e dinâmicas ocupacionais envolventes  
Teresa Ricou Nunes da Ponte
- 1163 A ocupação Romana do Monte dos Toirais, Montemor-o-Novo. Um exemplo de arqueologia preventiva no contexto dos finais dos anos 90 (séc. XX)  
Jorge Vilhena / Carolina Grilo
- 1177 A actuação votiva dos grupos de origem servil no Sul da Lusitânia  
Sílvia Teixeira
- 1185 Ataegina uma Divindade Peninsular  
Cristina Lopes
- 1193 Espólio de cerâmicas finas romanas e separadores dos fornos do Morraçal da Ajuda (Peniche, Portugal)  
Eurico Sepúlveda / Guilherme Cardoso / Catarina Bolila / Severino Rodrigues / Inês Ribeiro
- 1205 As «marcas de oleiro» na *terra sigillata* de Vale de Tijolos (Almeirim) e as dinâmicas comerciais no *ager scallabitanvs* durante o principado  
Rodrigo Banha da Silva / João Pimenta / Henrique Mendes

- 1219 Evidências de um espaço funerário. Vestígios de uma necrópole romana às portas de Scallabis  
Carlos Boavida / Tânia Manuel Casimiro / Telmo Silva
- 1229 *¿Requiescat in pace?* Abordagem transdisciplinar a possíveis casos de enterramentos atípicos identificados na necrópole Noroeste de Olisipo  
Sílvia Casimiro / Francisca Alves Cardoso / Rodrigo Banha da Silva / Sandra Assis
- 1243 O espaço de necrópole Romana das Portas de Santo Antão, Lisboa  
Nelson Cabaço / Alexandre Sarrazola / Rodrigo Banha da Silva / Liliana Matias de Carvalho / Marina Lourenço
- 1255 Pintura mural na Travessa do Ferragial, Lisboa  
Raquel Henriques / António Valongo
- 1265 Aspetos construtivos do Teatro Romano de Lisboa: matérias-primas e técnicas edificativas  
Lídia Fernandes
- 1279 Um contexto cerâmico e vítreo da primeira metade do séc. III d.C. do Palácio dos Condes de Penafiel (Lisboa)  
Raquel Guimarães / Rodrigo Banha da Silva
- 1293 Contextos Romanos identificados na frente ribeirinha de Lisboa  
Helena Pinheiro / Raquel Santos / Paulo Rebelo
- 1305 As ânforas Romanas da nova sede da EDP (Lisboa)  
José Carlos Quaresma / Rodrigo Banha da Silva / José Bettencourt / Cristóvão Fonseca / Alexandre Sarrazola / Rui Carvalho
- 1317 As ânforas de tipo *la Orden* na Lusitânia meridional: primeira leitura, importância e significado  
Rui Roberto de Almeida / Carlos Fabião / Catarina Viegas
- 1331 Combustível para um forno: dinâmicas de ocupação de um espaço em Monte Mozinho (Penafiel) a partir de novos dados arqueobotânicos  
Filipe Costa Vaz / Luís Seabra / João Pedro Tereso / Teresa Pires de Carvalho
- 1347 A necrópole de Alcoitão no contexto das práticas funerárias alto-Medievais do concelho de Cascais  
Catarina Meira
- 1359 Paisagem e estratégias do povoamento rural Romano e Medieval no troço médio do vale do Guadiana  
João António Ferreira Marques
- 1379 Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica  
Virgílio Lopes

## 8. Época Medieval

- 1393 Evolução da estrutura urbana de Santarém entre os séculos VIII e XIII: uma análise macroscópica a partir da localização das necrópoles Islâmicas  
Marco Liberato / Helena Santos
- 1405 O povoamento rural Islâmico na *kura* de Alcácer do Sal: breve análise da toponímia  
Marta Isabel Caetano Leitão
- 1417 Manifestações lúdicas na cerâmica do *gharb al-Andalus*  
Maria José Gonçalves / Susana Gómez Martínez / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Ana Sofia Gomes / Isabel Inácio / Marco Liberato / Constança dos Santos / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco / Catarina Coelho

- 1431 Estuques decorados Islâmicos, do século XI, do castelo de Silves  
Rosa Varela Gomes
- 1443 O sistema defensivo Medieval de Tavira – elementos ocultos por entre o casario  
Jaquelina Covaneiro / Sandra Cavaco / Fernando Santos / Liliana Nunes
- 1455 A Porta de Almedina (Coimbra): observações no âmbito da recuperação  
de fachadas na Torre de Almedina  
Sara Oliveira Almeida
- 1469 A minha boca conta uma história: abrasão dentária e a sua relação com  
actividade e hábitos pessoais numa amostra Portuguesa de época Medieval/  
Moderna  
Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain
- 1481 Estudo arqueobotânico do povoado alto-Medieval de S. Gens: perspetivas  
sobre a exploração de recursos lenhosos e agrícolas  
Cláudia Oliveira / Ana Jesus / Catarina Tente / João Pedro Tereso
- 1495 Adornos de cavalo da época Medieval, provenientes das escavações do Castelo  
de Almourol (1898)  
Maria Antónia Athayde Amaral
- 1513 As marcas de canteiro da Sé de Lisboa  
Sofia Silvério
- 1523 O comércio Medieval de cerâmicas importadas em Lisboa: o caso da Rua  
das Pedras Negras nº 21-28  
Filipe Oliveira / Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara Ferreira
- 1539 Construções em taipa de época Medieval e Moderna: o exemplo do Chiado  
Vanessa Mata / Nuno Neto / Paulo Rebelo
- 1551 Rua do Arsenal 148, Lisboa. Resultados da escavação arqueológica  
António Valongo
- 1567 Caracterização da ocupação Tardomedieval na Rua da Prata 221-231 e Rua  
dos Correiros 158-168, Lisboa  
Filipe Oliveira / João Miguez / Catarina Furtado / Cláudia Costa
- 1581 Breve apontamento sobre a Cerca (“velha”) Medieval de Lagos  
Ana Gonçalves / Elena Mórán / Ricardo Costeira da Silva
- 1595 Aveiro em Quatrocentos: evidências materiais de um período (ainda) pouco  
conhecido junto ao Mosteiro de Jesus (Aveiro, Portugal)  
Ricardo Costeira da Silva / Sónia Filipe / Paulo Morgado
- 1611 Resultados da intervenção arqueológica realizada nos nºs 54 a 58a da Rua  
Direita, em Óbidos  
Helena Santos / Marco Liberato / Romão Ramos

### **9. Época Moderna e Contemporânea**

- 1627 A cozinha e a mesa a bordo da fragata Portuguesa Santo António de Taná  
(Mombaça, 1697): estudo de objectos metálicos e em madeira  
Inês Pinto Coelho / Patrícia Carvalho / André Teixeira
- 1641 Resultados preliminares da primeira campanha da missão arqueológica  
Portuguesa em Sharjah (EAU). Escavação arqueológica em Quelba/Kalba  
Mário Varela Gomes / Rosa Varela Gomes / Rui Carita / Kamyar Daryoush Kamyab
- 1657 Novos dados acerca das formas de pão-de-açúcar: o caso do estudo das formas  
descobertas na Rua Afonso de Albuquerque, Peniche (centro de Portugal)  
Adriano Constantino

- 1667 A ala nascente do claustro do Convento de Jesus de Setúbal: resultados da intervenção arqueológica de 2015/2016  
Nathalie Antunes-Ferreira / Maria João Cândido
- 1675 Os bens terrenos da Igreja da Misericórdia (Almada) – séculos (XVI-XVIII)  
Vanessa Dias / Tânia Manuel Casimiro / Joana Gonçalves
- 1691 Cerâmicas Quinhentistas vidradas de um poço Medieval da Praça da Figueira (Lisboa)  
Ana Isabel Barradas / Rodrigo Banha da Silva
- 1703 O sítio dos Lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al  
Mónica Ponce / Filipe Oliveira / Tiago Nunes / Marina Pinto / Marina Lourenço
- 1715 Uma olaria na Rua das Portas de Santo Antão (Lisboa) – séculos XV e XVI  
Guilherme Cardoso / Luísa Batalha / Paulo Rebelo / Miguel Rocha / Nuno Neto / Sara Brito
- 1731 Evidências de produção oleira nos séculos XVI e XVII no Largo das Olarias, Mouraria (Lisboa)  
Anabela Castro / Nuno Amaral de Paula / Joana Bento Torres / Tiago Curado / André Teixeira
- 1751 Os silos do Palácio de Santa Helena (Lisboa)  
Luísa Batalha / Nuno Neto / Pedro Peça / Sara Brito / Guilherme Cardoso
- 1767 Estruturas Pré-Pombalinas e espólio associado no Pátio José Pedreira (Rua do Recolhimento e Beco do Leão, freguesia Santa Maria Maior)  
Anabela Joaquinoto
- 1781 Policromias e padrões: azulejos “de aresta” e “de corda-seca” do Palácio dos Condes de Penafiel, Lisboa (séculos XV-XVI)  
André Bargão / Sara Ferreira / Rodrigo Banha da Silva
- 1795 O contexto do poço do claustro SO do Hospital Real de Todos-os-Santos: os contentores para líquidos  
Rita Neves Silva / Rodrigo Banha da Silva
- 1809 A cerâmica Italiana dos séculos XV e XVI do Largo do Jogo da Bola em Carnide, Lisboa  
Catarina Felício / Filipe Sousa / Raquel Guimarães / André Gadanho
- 1821 Dos objectos inúteis, perdidos ou esquecidos. Os artefactos metálicos do Largo do Coreto (Carnide, Lisboa)  
Carlos Boavida
- 1835 Uma lixeira nas Casas Nobres do Infantado  
Tânia Manuel Casimiro / António Valongo
- 1849 Os potes *martaban* provenientes da antiga Ribeira Velha, Lisboa  
Mariana Mateus / Inês Simão / Filipe Oliveira / Rita Souta
- 1863 Cerâmica Portuguesa azul sobre azul – séculos XVI e XVII  
Luís Filipe Vieira Ferreira / Isabel Ferreira Machado / Tânia Manuel Casimiro
- 1873 Portas de madeira reutilizadas em cofragens de época Pombalina (Campo das Cebolas, Lisboa)  
Cristóvão Fonseca / João Miguez / José Bettencourt / Teresa Quilhó / Inês Simão / Mariana Mateus / Teresa Freitas
- 1891 O conjunto de selos de chumbo proveniente do Campo das Cebolas, Lisboa  
Inês Simão / João Miguez
- 1901 Da Ribeira Velha ao Campo das Cebolas. Alguns dados sobre a evolução da frente ribeirinha de Lisboa  
Inês Simão / João Miguez / Marta Macedo / Teresa Alves de Freitas / Cristóvão Fonseca / José Bettencourt

- 1915 A dimensão marítima do Boqueirão do Duro (Santos, Lisboa) nos séculos XVIII e XIX: primeiros resultados arqueológicos  
Marta Lacasta Macedo / Inês Mendes da Silva / Gonçalo Correia Lopes / José Bettencourt
- 1925 Arqueotematologia Moderna/Contemporânea: práticas funerárias e cronologia relativa no adro da Igreja de Santa Maria dos Anjos, Valença  
Luís Miguel Marado / Luís Fontes / Francisco Andrade / Belisa Pereira
- 1933 Fragmentos do quotidiano no Terreiro do Real monumento de Mafra (1717-2017)  
Ana Catarina Sousa / Marta Miranda / Ricardo Russo / Cleia Detry / Tânia Manuel Casimiro
- 1953 O projecto Muge 1692: entre a arqueologia da arquitectura e a reconstrução virtual  
Gonçalo Lopes
- 1967 A flora arqueológica da Quinta do Medal (Mogadouro) e a exploração de recursos vegetais durante os séculos XVIII/XIX no Vale do Sabor  
Leonardo da Fonte / João Tereso / Paulo Dordio Gomes / Francisco Raimundo / Susana Carvalho
- 1979 Os vidros de Baía da Horta 1 (Ilha do Faial, Açores) enquanto vector de interpretação de um contexto disperso  
Tiago Silva / José Bettencourt
- 1993 Baía da Horta 6 (BH-006): um provável naufrágio Americano do século XIX  
José Bettencourt / Teresa Quilhó / Cristóvão Fonseca / Tiago Silva
- 2011 A ferro e fogo – a Fundação Vulcano & Collares, Lisboa  
João Luís Sequeira / Inês Mendes da Silva
- 2023 Projecto Casa Museu Fialho de Almeida, Cuba – valorização do território e arqueologia preventiva, resultados do acompanhamento arqueológico  
Francisca Bicho / Luís Fialho / Consuelo Gomes / Teresa Ricou

# Prefácio

Em 2013 a Associação dos Arqueólogos Portugueses celebrou os seus 150 anos de actividade com várias iniciativas, destinadas a diferentes tipos de público, as quais constituíram um importante marco na afirmação pública da vitalidade e do dinamismo desta centenária instituição. Entre essas iniciativas merece natural destaque o seu I Congresso, o qual veio preencher uma importante lacuna no calendário da actividade arqueológica em Portugal. Com efeito, desde 1980 que não se realizava nenhum Congresso Nacional de Arqueologia, apesar de se terem multiplicado, nos últimos 20 anos, as reuniões científicas de carácter regional ou temático, um pouco por todo o país.

O I Congresso, sem pretender ser “nacional”, acabou por o ser, devido ao amplo acolhimento que mereceu por parte dos arqueólogos de todo o país e de todas as áreas de actividade, congregando várias gerações, o qual se pode resumir nos 250 inscritos, nas 105 comunicações e 36 posters apresentados e discutidos, em três dias de intensa actividade, e na obra *Arqueologia em Portugal 150 anos*, com mais de 1500 páginas, oportunamente publicada, em versão “analógico-digital”, que se encontra completamente esgotada.

Passados quatro anos, a AAP decidiu convocar de novo a comunidade arqueológica para apresentar os resultados da sua actividade mais recente. Mais uma vez, a adesão foi excelente, com 153 participações, correspondendo a 110 comunicações e 43 posters, que deram origem ao volume que agora se apresenta, o qual, além do programa e dos resumos, inclui em anexo um cartão-pen com cerca de 2100 páginas.

A qualidade e diversidade dos textos apresentados mostram bem que, apesar do enorme retrocesso que se tem verificado, desde 2007, no domínio do enquadramento institucional da Arqueologia, no âmbito do Ministério da Cultura (com a sucessiva extinção do IPA e o desinvestimento e dispersão dos seus serviços mais inovadores e emblemáticos, por instalações inadequadas, a despromoção e desmotivação dos seus escassos quadros técnico-científicos), os arqueólogos portugueses continuam a demonstrar uma notável resiliência, lutando, em terra e no mar, por vezes em condições extremamente difíceis, por aquilo em que acreditam, produzindo trabalhos de investigação de grande nível internacional, nas mais variadas áreas da Arqueologia. Podem, assim, continuar a contar com o apoio da AAP na defesa dos seus legítimos interesses e aspirações, alertando a opinião pública e as entidades responsáveis pela salvaguarda e valorização de um património que a todos pertence, sempre que for necessário.

A publicação em tempo útil desta obra, que teve o apoio financeiro da Fundação Millennium BCP, não teria sido possível sem o cumprimento rigoroso das normas e prazos de publicação pela maior parte dos autores, e sem a dedicação de um pequeno grupo de sócios e colaboradores, coordenados por Andrea Martins, e o profissionalismo e a criatividade do designer Paulo Freitas. Para todos o nosso sincero agradecimento.

José Morais Arnaud

(Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses)



# GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM INTERVENÇÕES DE MINIMIZAÇÃO E SALVAGUARDA

Leonor Rocha<sup>1</sup>, Gertrudes Branco<sup>2</sup>

## RESUMO

Nas últimas décadas, a actividade arqueológica em Portugal tem assistido a um aumento significativo, principalmente como resultado do desenvolvimento económico e o incremento público e privado em obras de construção. O número crescente de escavações arqueológicas, motivados por intervenções de minimização e de salvaguarda, correspondeu a um desinvestimento em projectos plurianuais de pesquisa arqueológicos.

Não é incomum que, por questões de segurança, escavações arqueológicas realizadas em contexto do trabalho não oferecem as condições ideais para estarem abertas ao público, interessado em conhecer o trabalho dos arqueólogos. Na mesma maneira, as evidências mostram que o conhecimento adquirido nestes trabalhos permanece nos relatórios técnicos e científicos, mal adequado para a divulgação do conhecimento entre o público interessado.

Outra questão importante está relacionada com a gestão do grande volume dos activos colectados durante as intervenções arqueológicas, que entra em conflito com a falta ou a carência de museus e locais dedicados à sua exposição. Estes são mantidos sob a posse dos directores das escavações ou em depósitos governamentais, inacessíveis à fruição pública e ao conhecimento.

**Palavras-chave:** Gestão do património, Arqueologia, Portugal, Salvaguarda.

## ABSTRACT

In recent decades, archaeological activity in Portugal has witnessed a significant increase, mainly as a result of economic development and the public and private increase in construction works. The increasing number of archaeological excavations, motivated by minimization and safeguard interventions, corresponded to a disinvestment in multi-annual archaeological research projects.

It is not uncommon for safety reasons that archaeological excavations carried out in the context of work do not offer the ideal conditions to be open to the public, interested in knowing the work of archaeologists. In the same way, the evidence shows that the knowledge acquired in these works remains in the technical and scientific reports, barely adequate for the dissemination of knowledge among the interested public.

Another important issue relates to the management of the large volume of assets collected during archaeological interventions, which conflicts with the lack or lack of museums and sites dedicated to their exposure. These are kept under the ownership of the excavation directors or in government deposits, inaccessible to public enjoyment and knowledge.

**Keywords:** Management of heritage, Archeology, Portugal, Safeguard.

---

1. Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais. Investigadora do CEAACP; lrocha@uevora.pt

2. Investigadora do CHAIA/UE; gertrudes.branco@gmail.com

## 1. PRÁTICA ARQUEOLÓGICA

A prática arqueológica em Portugal conheceu nos últimos anos do séc. XX um importante desenvolvimento, que inverteu a polaridade das intervenções do campo da investigação científica, efectuada preferencialmente em meio académico, para o domínio das acções preventivas e de salvaguarda exercidas de forma liberal.

Muitas destas acções são potenciadas pelo cumprimento das exigências decorrentes da aplicação da legislação de avaliação de impacte ambiental, adoptada pelo Direito Português, no início dos anos noventa do século passado, através da publicação do *Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho*, que reproduz as normas constantes da *Diretiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de junho de 1985*, que permanecem, ainda que com algumas alterações, como a principal referência europeia em matéria de avaliação de impacte ambiental.

Esta legislação representou a oportunidade de generalizar, entre os diferentes Estados-membros, a prática de uma política ambiental fundamentada na avaliação técnica e científica dos projectos mais impactantes, com a possibilidade de auscultar antecipadamente, através de Consulta Pública, a opinião da população interessada quanto à implementação das propostas apresentadas. Esta interacção resulta potencialmente benéfica para a salvaguarda do ambiente e para o incremento e divulgação do conhecimento científico.

A legislação comunitária, o seu benefício de salvaguarda do património cultural, ao assumir a materialidade das manifestações culturais como parte integrante dos factores a descrever em avaliação de impacte ambiental, referindo-se especificamente aos bens materiais, nos quais se inclui o património arqueológico e arquitectónico foi, de fato, muito benéfica para a arqueologia portuguesa. Mas, na realidade, esta é uma premissa que remonta à origem do procedimento de avaliação de impacte ambiental, com o NEPA (1969: secção 102) a advogar a preservação dos aspectos importantes da herança histórica, cultural e natural existente no ambiente como testemunho da variedade e diversidade de escolhas intemporais. Neste contexto, as acções necessárias à identificação, caracterização e avaliação do património arqueológico são, de acordo com a legislação portuguesa (Lei nº107/2001, de 8 de setembro), obrigatoriamente dirigidas por arqueólogos e carecem de autorização

a conceder pelo organismo competente da administração do património cultural.

Consultando os dados disponíveis no Arquivo da Arqueologia Portuguesa e no Portal do Arqueólogo, tendo por base o volume de autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos, podemos constatar que o ano de 1997 marca o ponto de viragem, iniciando-se um período de um grande incremento na arqueologia nacional, que se acen-tua fortemente em 2003 e se mantém em ascensão constante até ao ano de 2007.

Este incremento está associado à criação de organismos de controlo e fiscalização dos projetos apresentados; na realidade, o grande catalisador deste processo foi o Instituto Português de Arqueologia (IPA), criado em 1997. Pela primeira vez a arqueologia portuguesa dispunha de um organismo especificamente vocacionado para a gestão, controle e proteção do património arqueológico móvel e imóvel “As necessidades da vida moderna tornam inevitável a realização de intervenções profundas na paisagem, que afectam a integridade do «arquivo de terra» em que está contida essa informação. Nos últimos decénios, generalizou-se assim, em todos os países desenvolvidos, a prática de fazer preceder essas intervenções dos estudos arqueológicos necessários à recuperação do máximo de informação que, pelos padrões científicos do momento, é possível extrair dos «arquivos», cuja destruição é, após a sua detecção e reconhecimento, considerada permissível em caso de necessidade” (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de Maio). Ao IPA competia assim “autorizar, fiscalizar tecnicamente e acompanhar a realização de trabalhos arqueológicos e suspendê-los desde que estejam a ser realizados em violação ou desrespeito das normas em vigor ou das condições previamente estabelecidas para a sua realização” (artº 3º, DL n.º 117/97, de 14 de Maio). Por forma a normalizar os vários tipos de trabalhos arqueológicos existentes é criada legislação específica, nomeadamente o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, revista recentemente através do Decreto-Lei nº 164/ 2014, de 04 de novembro de 2014) que prevê quatro categorias, definidas, de acordo com os objetivos da intervenção a realizar:

- a. Categoria A – acções plurianuais de investigação programadas, num máximo de quatro anos, que deverão ser integradas em «projetos de investigação»;

- b. Categoria B – projetos de estudo e valorização de sítios ou monumentos classificados ou em vias de classificação, que deverão ser integrados em «projetos de valorização»;
- c. Categoria C – ações preventivas (prospecção arqueológica) a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes ambientais;
- d. Categoria D – ações de emergência (sondagens e escavações) a realizar em sítios arqueológicos que, por efeito de ação humana ou ação natural, se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total.

Em números, anotou-se a realização de 199 trabalhos arqueológicos no ano de 1990, maioritariamente inseridos no âmbito de projectos de investigação (Categoria A) que, em 20 anos, registou um decréscimo de 70% no número de autorizações concedidas. Em contraciclo com a diminuição dos trabalhos efectuados, no âmbito de projectos de investigação, registou-se o aumento exponencial das autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos inseridos na Categoria C (prospecções e acompanhamento) e na Categoria D (sondagens e escavações), associadas ao desenvolvimento de acções preventivas e de salvaguarda, efectuadas na sequência e como consequência de trabalhos de avaliação de impacto ambiental.

A par do aumento dos trabalhos de prospeção e escavação (Categorias C e D), registou-se o aumento das autorizações concedidas para a realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico. Estes, que em 1991 assumiam um carácter residual, com 5 autorizações registadas, adquirem um carácter mais sistemático a partir de 1998 e uma maioria significativa em 2010, representando 42,5% das autorizações concedidas para a realização de trabalhos arqueológicos em território nacional.

Em contrapartida, a um aumento exponencial dos trabalhos arqueológicos autorizados para as Categorias C e D (escavação, prospeção e acompanhamento), verificamos uma constante no número de autorizações concedidas para a realização de ações de valorização (Categoria D). Esta constante traduz-se, na globalidade das autorizações concedidas, numa diminuição de 8% para 1,5% ao longo das últimas duas décadas, revelando um desinvestimento neste sector por oposição ao crescimento das acções preventivas e de emergência.

Estes números são significativos se considerarmos que as acções de valorização têm como objectivo

final a disponibilização dos sítios para fruição pública. Cruzando este percentual de 1,5% de autorizações concedidas no ano de 2010, com o percentual de 31,3% correspondente às acções de escavação arqueológica (Categoria A e D) autorizadas para o mesmo ano, verificamos um enorme desfasamento entre o investimento efectuado em intervenções arqueológicas e a sua consequente valorização e disponibilização de recursos.

Em números, as autorizações registadas passam de 199 (ano de 1990) para 1561 (ano de 2010), representando um aumento de 8 vezes nas últimas duas décadas, com uma média de 5 autorizações concedidas por dia útil no ano de 2016, das quais apenas cerca de 5% se enquadram no âmbito de projectos de investigação/valorização.

Quando começamos a analisar os dados existentes para um ciclo de 20 anos em Portugal (1997-2017), verificamos que existem mutações, derivadas essencialmente dos ciclos (e contraciclos económicos). Assim se, como se referiu anteriormente, entre 1998 e 2008 se assistiu a um grande incremento de trabalhos arqueológicos nas Categorias C e D, fruto do crescimento económico e das grandes obras públicas realizadas pelo Estado, sobretudo em meio rural (barragens e estruturas lineares – estradas e caminhos-de-ferro), a partir de 2008, a situação inverte-se, devido á recessão económica. O Estado deixa de ser o promotor da maioria dos trabalhos que justificam a realização de intervenções arqueológicas e passam a ser os privados, sobretudo, em meio urbano – obras de recuperação de imóveis – a financiar a actividade arqueológica.

## 2. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A realização de um diagnóstico sobre a integração do património arqueológico no procedimento de avaliação de impacto ambiental tem implícito um conhecimento sobre as práticas documentadas no passado, na expectativa de que os dados compilados se tornem úteis para uma reflexão disciplinar, que potencie o desenvolvimento qualitativo das práticas arqueológicas presentes e futuras.

Uma das principais dificuldades que se colocam à salvaguarda do património arqueológico, no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental, não resulta de constrangimentos legais provenientes da legislação ambiental, mas da desadequação das práticas arqueológicas e da incapacidade da

tutela em garantir a sua gestão proactiva.

Em média são concedidas cerca de 5 autorizações por dia útil para a realização de trabalhos arqueológicos de salvaguarda patrimonial, associados a acções preventivas e minimização de impactes potenciados pelo desenvolvimento de projectos públicos e privados, em território nacional. Estes trabalhos, em oposição à maioria das acções desenvolvidas em contexto de formação e investigação académica, ocorrem, na sua maioria, em contexto de obra, o qual não reúne as condições de seguranças necessárias, nem promove a interacção com o público interessado em conhecer e acompanhar o trabalho arqueológico.

A divulgação do conhecimento adquirido, junto do público interessado, não se faz de forma directa e presencial, ao contrário do que sucede noutros países, como o Brasil, ficando dependente da publicação científica dos resultados, os quais, na sua maioria, permanecem encerrado em relatórios técnicos e científicos, desadequados na formação e informação das camadas populacionais interessadas, mas pouco letradas.

Reportando-nos aos dados conhecidos (Bugalhão, 2010: 24) constatamos que das 8000 autorizações concedidas, entre 2003 e 2006, cerca de 35% das intervenções realizadas não reportaram os resultados obtidos.

Esta realidade torna extremamente difícil determinar o contributo das intervenções de minimização para a produção de conhecimento, considerando que os relatórios, quando entregues para arquivo da tutela, são elaborados fundamentalmente com o objetivo de dar cumprimento aos requisitos técnicos constantes da legislação em vigor, pouco vocacionados para a produção e divulgação pública de conhecimento.

Paradoxalmente à falta de produção científica em contexto de arqueologia preventiva e de salvaguarda, constatamos que esta é fundamental na realização dos estudos de caracterização patrimonial inseridos nos estudos de impacte ambiental. Os dados que dispomos (Branco, 2014) indicam-nos que a consulta bibliográfica, os inventários patrimoniais, as cartas arqueológicas e a consulta às bases de dados institucionais constituem a principal fonte de informação utilizada pelos arqueólogos na elaboração dos relatórios de caracterização. A importância destas publicações é extrema para a caracterização da situação de referência patrimonial, ainda mais se compararmos os níveis de eficácia contabilizados: apenas 20% dos sítios arqueológicos, resultantes de

prospecção arqueológica e apresentados como inéditos, revelaram contextos de interesse patrimonial em escavação. Esta percentagem sobe para cerca de 60% para os sítios referenciados previamente pela bibliografia e outras fontes de informação.

O investimento na inventariação arqueológica, efectuada ao abrigo de projectos de investigação (Categoria A), ou respondendo a requisitos específicos de autarquias, releva-se uma mais-valia no âmbito da prevenção e salvaguarda arqueológica, revelando níveis de eficácia custo-benefício superiores aos adquiridos exclusivamente no âmbito do estudo de impacte ambiental.

Como referimos anteriormente, nas últimas décadas o panorama arqueológico nacional caracterizou-se por um desinvestimento na arqueologia de investigação e por uma aposta na arqueologia de salvaguarda. Contudo, a arqueologia de investigação, elaborada maioritariamente em contexto académico permanece como uma das principais fontes de informação, imprescindível para a sustentabilidade e eficácia da arqueologia de salvaguarda e para a difusão pública do conhecimento.

### 3. O ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

O aumento significativo das acções arqueológicas (prospecção e escavação) teve como consequência um exponencial aumento do espólio arqueológico recolhido e armazenado. De acordo com a legislação portuguesa, “*os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos [entenda-se registos e materiais arqueológicos] constituem património nacional, competindo ao Estado e às Regiões Autónomas proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito, nos termos da lei.*” (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

O arqueólogo é considerado o fiel depositário do espólio arqueológico recolhido no decurso das suas intervenções arqueológicas, devendo após a conclusão dos trabalhos de campo, proceder ao seu estudo e posterior entrega na rede de depósitos da tutela ou numa instituição creditada.

Apesar das referências legais, nunca foi criada pela tutela uma rede de depósitos de espólio ou uma listagem de instituições creditadas para a recepção de espólios arqueológicos. Numa análise sumária da base de dados da tutela, relativa ao inventário de sítios arqueológicos conhecidos em território na-

cional, verificamos que dos 30582 sítios registados, cerca de 12877 (42%) individualiza a descrição do espólio no campo correspondente. Destes, apenas 5050 (39%) regista o local de depósito do espólio que em apenas cerca de 50% corresponde a uma unidade museológica.

Da compilação destes dados se conclui que, à semelhança do défice existente na elaboração e publicação dos relatórios resultantes das intervenções arqueológicas, também ao nível do estudo e depósito do espólio existem deficiências significativas, uma vez que não existe uma base de dados com esse registo. Desconhecem-se ainda as reais condições e locais de depósito do espólio recolhido, maioritariamente em intervenções preventivas e de salvaguarda, situação tanto mais agravada pelo facto deste ser considerado património nacional, relevante para o conhecimento histórico dos vários períodos cronoculturais registados em território nacional.

#### 4. AVALIAÇÃO GLOBAL DA SITUAÇÃO

Ao analisarmos de forma global a situação da gestão do Património em Portugal verificamos que estamos muito longe de atingir a situação ideal. Se o fim último de qualquer trabalho arqueológico é o de contribuir para o conhecimento científico, os dados gerados por qualquer tipo de intervenção arqueológica, desde a avaliação de impacte ambiental até à intervenção programada em contexto de projeto de investigação devem traduzir-se não só na sua divulgação para o público em geral (a nível local e regional), como também na sua difusão através de publicações científicas. A fruição pública de dados, sítios e resultados tem de se tornar um objetivo prioritário em termos nacionais. De que serve inventariar e escavar sítios arqueológicos se depois não os estudamos, salvaguardamos, valorizamos e divulgamos? Infelizmente, o exemplo que temos, da maioria das grandes obras públicas e privadas realizadas em Portugal, nas últimas duas décadas, resultou um grande número de sítios identificados e intervencionados (alguns deles apenas parcialmente, truncando muitas vezes informação científica relevante), assim como centenas de contentores com materiais arqueológicos depositados em diferentes tipos de reservas e... um muito reduzido de artigos científicos publicados onde se incluam datações, tratamento avançado de materiais (análises físico-químicas, etc) que nos permitam, face aos equipa-

mentos existentes atualmente, produzir conhecimento científico.

#### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria José (2008) – Avaliação de impactes e Património Cultural: que papel para o arqueólogo e o Património Arqueológico? *Praxis Arqueológica*. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 3, pp. 161-166.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – A arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História. Dossier “Materiais para Um Livro Branco da Arqueologia Portuguesa”*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 19-43.

BRANCO, Gertrudes (2014) – *Avaliação de Impacte Ambiental: o Património Arqueológico no Alentejo Central*. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Arqueologia

ROCHA, Leonor (2014) – *Os problemas subjacentes ao registo arqueológico nos EIAs*. Évora: CHAIA, pp. 5-24.

CONESA FDEZ.-VÍTORA, Vicente (2010) – *Guía Metodológica para la Evaluación del Impacto Ambiental*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa. 4.ª edición.

FERNÁNDEZ CACHO, Sílvia (2008) – *Património arqueológico y planificación territorial: estrategias de gestión para Andalucía*. Sevilha: Junta de Andalucía e Universidade de Sevilha.

GOMEZ OREA, Domingo (1998) – *Evaluacion de impacto ambiental*. Madrid: Editorial Agricola Española. 3.ª ed. (corregida y aumentada).

NABAIS, José Casalta (2010) – *Introdução ao Direito do Património Cultural*. 2.ª Ed. Coimbra: Almedina.

PARTIDÁRIO, Maria do Rosário e PINHO, Paulo (2000) – *Avaliação de Impacte Ambiental. Guia de apoio ao novo regime introduzido pelo Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental.

REAL, Fernando (2001) – A nova lei do património cultural português. *Almadan*: Centro de Arqueologia de Almada. II Série, 10, pp. 92-94.